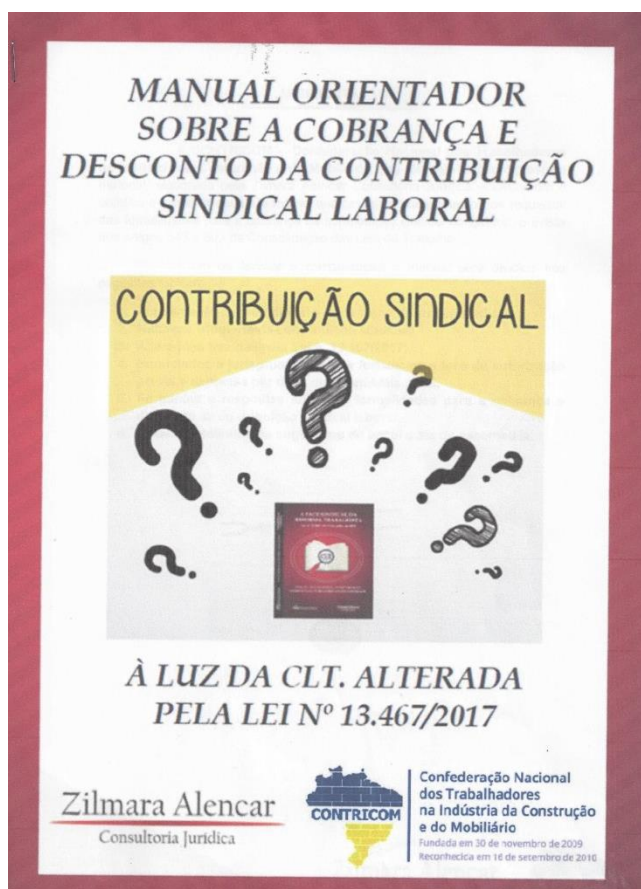




BOLETIM 506

Brasília, 1º de fevereiro de 2018



CONTRICOM encaminha Manual Orientador sobre cobrança da Contribuição Sindical Laboral

A Diretoria da CONTRICOM, com o apoio da Consultoria Jurídica Zilmara Alencar, está encaminhando a todas as suas entidades filiadas –

Federações e Sindicatos – o *MANUAL ORIENTADOR SOBRE A COBRANÇA E DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL LABORAL*.

Segundo o presidente Altamiro Perdoná, “esse trabalho tem por objetivo passar, de forma detalhada, passo a passo, os procedimentos que cada Sindicato deve adotar para assegurar a cobrança e o desconto da Contribuição Sindical labora, após a aprovação da Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista)”.

Altamiro destacou “o trabalho técnico da melhor qualidade produzido pelo escritório da Dra. Zilmara Alencar, que serve como instrumento para as entidades assegurarem a cobrança da contribuição, baseada nos atuais dispositivos legais, depois da alteração da CLT”.

Além do encaminhamento do documento às entidades, o Manual estará disponibilizado, também, no site da CONTRICOM.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Fórum contestará pontos da reforma trabalhista em audiência no TST

As Confederações que integram o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) irão atuar conjuntamente na audiência no Tribunal Superior do Trabalho, dia 6 de fevereiro, que vai julgar a validade de alguns pontos da reforma trabalhista. A Corte vai analisar, por exemplo, se as novas regras se aplicam aos contratos já existentes, quando a lei entrou em vigor.

A estratégia definida é unificar o tempo destinado à sustentação oral das entidades. O



A última reunião do FST em São Paulo

coordenador do FST, Artur Bueno de Camargo, explica: "O Ives Gandra (presidente do TST) preparou uma armadilha para o movimento sindical. Publicou um Edital com as regras para essa audiência, que destina 30 minutos no total para que as entidades se coloquem. Se dividir por cada entidade inscrita, cada um falará um minuto".

E, no dia de ontem (31), em Brasília, na sede da CNTI, as assessorias jurídicas das Confederações se reuniram para definir uma estratégia comum. As entidades questionarão, através de um instrumento legal, a necessidade de que cada uma delas tenha tempo suficiente para debater as Súmulas que o Tribunal pretende ajustar, o que não se pode fazer num único dia.

Congresso - A proposta foi definida na terça (23), durante reunião do FST em São Paulo. O encontro debateu ainda a preparação de um congresso nacional da entidade. "Nós queremos fazer o grande Congresso Nacional do FST. Já escolhemos local que deverá ser a cidade de Praia Grande, litoral sul de São Paulo. Até lá, precisamos preparar e dar corpo a esse Congresso. Será o grande evento que o Fórum vai realizar este ano".

Fonte: Agência Sindical/FST

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Centrais convocam Dia Nacional de Luta

As Centrais Sindicais aprovaram realizar uma Jornada Nacional de Luta contra a reforma da Previdência. O objetivo é enfrentar a ameaça de votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 287), que pode acabar com a aposentadoria de milhões de brasileiros.

Em reunião na manhã de ontem (31), em São Paulo, dirigentes da CUT, Força Sindical, CSB, CTB, Nova Central, UGT e Intersindical decidiram orientar sua bases sindicais a se empenharem na organização de um Dia Nacional de Luta, em 19 de fevereiro. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), marcou a votação da reforma entre os dias 19 e 21.

Com a palavra de ordem "Se botar pra votar, o Brasil vai parar", as Centrais recomendam que Sindicatos, Federações e Confederações intensifiquem a mobilização em todo o País, com a realização de assembleias, plenárias regionais e estaduais, panfletagens, blitz nos aeroportos, pressão nas bases dos parlamentares e no Congresso Nacional. Os sindicalistas também repudiam a campanha enganosa veiculada na mídia pelo governo Michel Temer.

Encaminhamentos - Hoje (1º), em Brasília, haverá mobilização contra a reforma da Previdência. Será a partir das 14 horas, em frente ao Supremo Tribunal Federal. Na sexta (2), os dirigentes sindicais se encontram com os presidentes da Câmara e do Senado.

Fonte: Agência Sindical

Temer diz que até março reforma da Previdência estará "liquidada"

Temer disse nesta quarta-feira (31) que acredita que a reforma da Previdência estará "liquidada" até o mês de março. A declaração foi dada em entrevista concedida pelo presidente à Rádio Metrópole, da Bahia.

"Se o povo estiver convencido de que a reforma é importante, isso vai influenciar os nossos colegas parlamentares, que poderão votar a Previdência. Então, eu acho que vamos conseguir votar em fevereiro, e, portanto, até o mês de março teremos, penso eu, liquidado a questão da [reforma da] Previdência", disse Temer.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata da reforma previdenciária aguarda análise do plenário da Câmara desde o ano passado e pode ser votada pelos deputados a partir da segunda quinzena de fevereiro. A poucos dias do início do ano legislativo, lideranças da base governista ainda buscam apoio para a proposta, que precisa de, no mínimo, 308 votos em dois turnos, para ser aprovada.

Ministério do Trabalho - Sobre a polêmica em torno da nomeação da deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ) como ministra do Trabalho, o presidente reafirmou que vai aguardar "serenamente" a decisão do Judiciário. Ele afirmou, no entanto, que espera que o Supremo Tribunal Federal autorize a posse da ministra, considerando que a escolha do comando de ministérios é uma prerrogativa constitucional da Presidência da República.



Bicho-papão - O presidente Michel Temer disse nesta quarta-feira (31), durante cerimônia de assinatura de contratos de concessão de áreas do pré-sal, que a reforma da Previdência, cujos debates no Congresso começarão dia 19 de fevereiro, "não é um bicho-papão". Segundo ele, o governo ainda busca o número mínimo de votos para aprovar a matéria.

Fonte: Agência Brasil

Interessado na reforma previdenciária, mercado pressiona deputados

Sem conseguir apoio para aprovar a Reforma da Previdência, Michel Temer tem feito apelos a representantes do sistema financeiro e do empresariado para que se engajem na caça por votos. Afinal, o mercado é o principal interessado nas mudanças. Espera aumentar sua rentabilidade, seja com a abertura de espaço para a previdência privada, com a gestão de fundos



complementares ou mesmo garantindo que recursos públicos sejam reservados para o pagamento da dívida.

A previsão é de que a reforma seja votada em 20 de fevereiro, na Câmara. Mas, desde o ano passado, entidades empresarias fazem “corpo a corpo” nos gabinetes de Brasília, pressionando parlamentares a votarem a favor das mudanças na aposentadoria, que deverão dificultar o acesso ao benefício para milhares de trabalhadores.

Em ano eleitoral, os deputados estão ainda mais reticentes sobre o apoio à medida. Se a cobrança do eleitor contrariado pode pesar contra o projeto do governo, os donos do dinheiro agora querem ser o fiel da balança.

Nesta terça-feira (30), a Reuters noticiou que o “Planalto repassou uma lista com nomes de deputados indecisos para que agentes do mercado e empresários auxiliem no convencimento a favor da reforma”. Em um país em que as disputas eleitorais ainda sofrem muita interferência do poder econômico, a capacidade de “convencimento” do mercado não é pequena.

Para fazer passar a reforma da Previdência na Câmara, o governo precisa de ao menos 308 votos favoráveis dentre os 513 parlamentares. Os cálculos dos aliados são de que têm até o momento cerca de 270.

Em busca de ampliar sua rentabilidade, empresários e rentistas talvez sejam a parte mais interessada na aprovação do projeto que altera as regras para concessão de aposentadorias e pensões. Primeiro, porque são detentores da dívida pública e, nesse sentido, quanto menos verbas o governo destinar à Previdência e a demais gastos sociais, maiores são as garantias de que receberão seu enorme quinhão do Orçamento público.

Em segundo lugar, porque, quanto mais limitado for o acesso da população ao benefício da previdência pública, maior é o espaço aberto para as aposentadorias privadas, uma fonte de lucro para o tal mercado.

Fundos de Previdência Complementar - Para o economista Guilherme Delgado, o objetivo principal da reforma é obrigar a criação dos Fundos de Previdência Complementar Privada em todos os entes federados, o que beneficiará bancos e empresários.

De acordo com ele, o discurso de acabar com privilégios, equiparando os sistemas de aposentadoria do setor público e privado, não passa de um subterfúgio: “A ideia é passar recursos públicos, compulsoriamente, para os fundos de previdência complementar privados”, disse, ao Portal Vermelho.

Pelo estabelecido na proposta de Temer, os servidores públicos vinculados a regimes próprios de previdência, para ter acesso a um benefício maior que o teto do regime geral do INSS R\$ 5.531,31, terão que contribuir para um Fundo Complementar.

“Ninguém diz, mas a Previdência Complementar privada tem o condão de agravar a crise fiscal de Estados e Municípios. O Estado é então obrigado a depositar os pagamentos acima do teto do INSS (R\$ 5.531,31) dos funcionários públicos, num fundo de previdência complementar privado, ao qual os trabalhadores do setor público vão aderir se quiserem receber aquele repasse dos empregados. Portanto, essa verba que hoje é usada para pagar aposentados e pensionistas deixa de participar do fundo público, mas ao mesmo tempo esses Estados têm que continuar pagando os aposentados e pensionistas já incluídos no benefício”, ressaltou Delgado.

Ele sublinha que, durante 30, 35 anos – tempo mínimo para a aposentadoria –, esses fundos serão capitalizados pelos novos servidores e, só ao final desse período, é que os beneficiários têm direito ao que for financeiramente acumulado. “Então, na prática, a contribuição é definida, o valor do benefício da aposentadoria complementar, não”, resumiu.

Ovos de ouro – De acordo com o economista, caso a reforma seja aprovada, tais fundos serão “a galinha dos ovos de ouro” do mercado financeiro.

“O mercado financeiro vai ganhar uma bolada de dinheiro. Você vai receber durante 35 anos aportes mensais compulsórios de empregados e empregadores da classe média e alta do setor público. Na verdade, você está extraindo recursos públicos para um projeto de engenharia financeira que pode dar certo ou errado, mas, do ponto de vista do sistema financeiro, estarão garantidas as suas comissões, porque você cobra um percentual sobre os aportes para gerir esse fundo”, disse.

Segundo Delgado, a exemplo do que aconteceu no Chile, os trabalhadores não estão protegidos de problemas futuros com os fundos nesse modelo de previdência complementar. “Se vier uma crise, o fundo for para brejo, a aposentadoria complementar vai para o brejo. O fundo não tem seguro. É o que o mercado pagar. Mas os agentes financeiros terão suas comissões fixas garantidas”, colocou.

Fonte: Portal Vermelho



Taxa de desemprego no país fecha 2017 em 12,7%

A taxa de desemprego média de 2017 ficou em 12,7%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (PNAD Contínua), divulgados nesta quarta-feira (31) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse foi a maior índice da série histórica, iniciada em 2012. Em 2016, a taxa havia ficado em 11,5%.

Analisando-se apenas o último trimestre do ano, o nível ficou em 11,8%. A taxa do terceiro trimestre de 2017 havia ficado em 12,4%. Já a do último trimestre de 2016 havia sido de 12%.

O total de desocupados chegou a 13,2 milhões na média do ano, um aumento de 12,5% na comparação com a média do ano anterior (11,7 milhões). Já o total de ocupados ficou em 90,65 milhões, ou seja, 0,3% a mais do que em 2016 (90,38 milhões).

O rendimento médio mensal habitual de todos os trabalhos subiu 2,4%, passando de R\$ 2.091 em 2016 para R\$ 2.141 em 2017. Já massa de rendimento habitual cresceu 2,6%, ao passar de R\$ 184,3 bilhões em 2016 para R\$ 189,1 bilhões no ano passado.

Quarto trimestre - Analisando-se apenas o último trimestre do ano, a taxa ficou em 11,8%. O índice do terceiro trimestre de 2017 havia ficado em 12,4%. Já a taxa do último trimestre de 2016 havia sido de 12%.

A população desocupada no trimestre (12,3 milhões de pessoas) caiu 5% (menos 650 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior (13 milhões), mas se manteve estável em relação ao último trimestre de 2016.

A população ocupada (92,1 milhões) cresceu 0,9% em relação ao trimestre anterior (mais 811 mil pessoas) e 2% na comparação com o último trimestre de 2016.

Já o rendimento médio real habitual no trimestre (R\$ 2.154) ficou estável em relação tanto ao terceiro trimestre de 2017 quanto ao último trimestre de 2016.

Fonte: Agência Brasil



CONTRICOM no Ministério do Trabalho

O presidente da entidade, Altamiro Perdoná, e o secretário-geral, Miraldo Vieira, foram recebidos no dia de ontem (31), no Ministério do Trabalho, pelo Secretário Adjunto de Relações do Trabalho, Luis Carlos Barbosa, ocasião em que os dirigentes sindicais trataram assuntos de interesse da categoria e da Confederação.

CDH continuará a discutir o trabalho escravo

A PEC 14/2017, do senador licenciado Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), torna crime imprescritível submeter uma pessoa a condição análoga à escravidão. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) analisou, em 2017, as políticas públicas para erradicação do trabalho escravo.

O relatório do senador Paulo Rocha (PT-PA) concluiu que o governo Temer promoveu “um retrocesso histórico” no combate à prática. A CDH aprovou a recomendação de que, em 2018, as políticas de combate ao trabalho escravo continuem sendo acompanhadas.

Fonte: Agência Senado

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS